



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024

(Do Sr. Marcos Pollon).

Requer informações ao Ministro de Estado das Comunicações, Sr. Juscelino Filho, acerca da gestão do presidente dos Correios, Fabiano Silva dos Santos, que nomeou como assessores pessoais dois indivíduos com histórico de irregularidades na gestão de fundos de pensão: Júlio Vicente Lopes e Maurício Marcellini.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. EX.^a, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, solicito esclarecimentos ao Ministro de Estado das Comunicações, Sr. Juscelino Filho, acerca da gestão do presidente dos Correios, Fabiano Silva dos Santos, que nomeou como assessores pessoais dois indivíduos com histórico de irregularidades na gestão de fundos de pensão: Júlio Vicente Lopes e Maurício Marcellini. Notícia-se que ambos foram clientes do escritório de advocacia da ex-mulher de Fabiano, Renata Mollo. Em especial:

1. Quais os critérios objetivos utilizados pelo presidente dos Correios para a nomeação de Júlio Vicente Lopes e Maurício Marcellini como assessores pessoais, considerando o histórico de irregularidades atribuídas a ambos?
2. O Ministério das Comunicações foi previamente informado do envolvimento de ambos os assessores em casos de prejuízo financeiro a fundos de pensão antes de suas nomeações?

Apresentação: 22/11/2024 14:49:46.057 - Mesa

RIC n.4234/2024





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 22/11/2024 14:49:46.057 - Mesa

RIC n.4234/2024

3. Existe alguma sindicância ou apuração interna em curso para verificar possível conflito de interesses nas nomeações de pessoas ligadas ao escritório de advocacia da ex-esposa do presidente dos Correios?
4. Quais as funções específicas exercidas por Júlio Vicente Lopes e Maurício Marcellini nos Correios, incluindo suas atribuições e áreas de atuação?
5. Por que um dos assessores está atuando em temas relacionados ao Postalis, considerando seu histórico de punição pela Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC) por prejuízos causados ao fundo?
6. Quais os valores pagos a título de remuneração, benefícios ou gratificações aos assessores Júlio Vicente Lopes e Maurício Marcellini desde suas respectivas nomeações?
7. Existem outros contratos ou vínculos entre o escritório Mollo & Silva Advogados Associados, de propriedade da ex-esposa do presidente dos Correios, e empresas ou fundos de pensão ligados ao Ministério das Comunicações?
8. Qual a justificativa para a ausência de processos internos nos Correios ou no Ministério das Comunicações para avaliar potenciais riscos de má gestão ou improbidade administrativa na nomeação de indivíduos com histórico controverso?
9. Quais medidas estão sendo tomadas para garantir que conflitos de interesse não ocorram em nomeações e contratos celebrados pela atual gestão dos Correios?
10. O Ministério das Comunicações avalia como positiva a permanência do presidente dos Correios à frente da estatal, considerando o envolvimento de pessoas ligadas a ele em casos de irregularidades financeiras e má gestão em fundos de pensão?

Considerando a necessidade de esclarecimentos sobre o manejo dos recursos públicos, é mister que o Governo Federal, através dos órgãos competentes, forneça as respostas solicitadas no prazo regimental.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 22/11/2024 14:49:46.057 - Mesa

RIC n.4234/2024

JUSTIFICATIVA

O presente Requerimento de Informações é essencial para esclarecer possíveis irregularidades na gestão dos Correios, considerando os fatos recentemente divulgados pela imprensa acerca das nomeações realizadas pelo atual presidente da estatal, Fabiano Silva dos Santos. As revelações de que dois assessores pessoais nomeados por ele possuem histórico de envolvimento em prejuízos significativos a fundos de pensão de estatais suscitam graves preocupações sobre a transparência e os critérios adotados na escolha de seus colaboradores mais próximos.

Júlio Vicente Lopes, um dos assessores nomeados, foi punido pela Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC) em 2017 devido a irregularidades que geraram um prejuízo estimado em R\$ 180 milhões ao Postalís, fundo de pensão dos Correios. A sua inclusão na atual gestão, especialmente em funções relacionadas ao mesmo fundo de pensão, levanta questionamentos legítimos sobre a capacidade da estatal de garantir uma administração isenta de influências prejudiciais e que respeite os princípios da probidade administrativa.

Maurício Marcellini, também nomeado como assessor, tem um histórico igualmente preocupante. Ele foi alvo de diversas ações judiciais por gestão fraudulenta e improbidade administrativa durante sua passagem pelo Funcef, fundo de pensão da Caixa Econômica Federal. O prejuízo gerado por sua participação no Fundo de Investimento em Participações (FIP) Sondas, estimado em R\$ 5,5 bilhões, não pode ser ignorado, sobretudo quando sua atual atuação na estatal é colocada sob análise.

Além disso, o vínculo dos assessores com o escritório de advocacia da ex-esposa do presidente dos Correios, Renata Mollo, traz à tona a possibilidade de conflito de interesses na gestão pública. Esse escritório, que atuou em contratos com fundos de pensão ligados a estatais durante governos anteriores, já foi associado a outros casos controversos, aumentando ainda mais a necessidade de uma investigação aprofundada sobre os critérios e processos de nomeação desses assessores.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 22/11/2024 14:49:46.057 - Mesa

RIC n.4234/2024

O fato de o presidente Fabiano dos Santos ter deixado o referido escritório de advocacia em 2022 não elimina as dúvidas sobre a influência que essa relação pessoal pode ter exercido na escolha dos assessores. Ainda mais preocupante é o fato de Júlio Vicente Lopes estar desempenhando funções relacionadas ao Postalís, área na qual já teve conduta questionada e punida. Isso contraria os princípios de eficiência e moralidade administrativa previstos no artigo 37 da Constituição Federal.

A nomeação de pessoas com histórico controverso também compromete a imagem dos Correios perante a sociedade, que depende de uma gestão íntegra e responsável. Instituições estatais como essa desempenham papéis cruciais no funcionamento do país e devem atuar como exemplos de boa governança, transparência e compromisso com o interesse público.

Outro aspecto preocupante é a ausência de uma manifestação pública clara por parte do Ministério das Comunicações, que supervisiona os Correios, sobre as medidas adotadas para prevenir e remediar potenciais conflitos de interesse e riscos de má gestão. A omissão nesse sentido gera desconfiança e reforça a necessidade de esclarecimentos detalhados e públicos.

A falta de critérios transparentes na escolha de assessores, aliada ao histórico de prejuízos atribuídos aos nomeados, exige respostas concretas. Os prejuízos gerados ao Postalís e ao Funcef refletem diretamente na vida de milhares de trabalhadores que contribuíram para esses fundos, confiando na gestão responsável de seus recursos. Não se pode admitir que essa confiança seja novamente colocada em risco.

O requerimento de informações é, portanto, uma ferramenta imprescindível para garantir que a gestão pública esteja alinhada com os interesses da sociedade e para evitar que situações semelhantes se repitam. A transparência é um princípio fundamental da administração pública e deve ser priorizada, especialmente em situações que envolvem recursos estatais e a reputação de instituições tão relevantes quanto os Correios.

Por fim, este Parlamento, em sua função fiscalizadora, tem o dever de exigir respostas claras e detalhadas sobre as decisões tomadas pela gestão atual dos Correios. Não se trata apenas de apurar possíveis irregularidades, mas também de garantir que os





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

recursos públicos sejam administrados com a máxima responsabilidade, evitando que a sociedade brasileira seja, mais uma vez, prejudicada por atos de má gestão ou de favorecimento pessoal.

Certos da compreensão e do compromisso desta Casa com o interesse público, solicitamos a inclusão deste requerimento na pauta de deliberações, para que possamos avançar na busca por respostas e soluções.

Sala das sessões, em 20 de novembro de 2024.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS

Apresentação: 22/11/2024 14:49:46.057 - Mesa

RIC n.4234/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD246696818500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon

